

# Sigilo bancário pode cair

**São Paulo** — A declaração do presidente da Câmara, Luís Eduard Magalhães (PFL-BA), de que o sigilo bancário não passará no Congresso é negada pela pesquisa do Idesp.

Dos parlamentares ouvidos, 59% são favoráveis a tornar mais flexível o sigilo bancário como forma de combate à evasão fiscal. A medida obtém maior apoio no PT (89%) e depois no PSDB (69%). Leia mais sobre sigilo bancário na página 5.

A rejeição dos parlamentares às reformas na Previdência Social surpreenderam o diretor do Idesp e cientista político Bolívar Lamounier.

De acordo com a pesquisa, 30% dos congressistas não querem que a Previdência seja privatizada para aposentadorias acima de três salários mínimos.

**Lamento** — “É uma pena. O País precisa quase que dobrar os investimentos públicos e privados para crescer de forma sustentada. Os fundos de pensão poderiam colaborar muito para a evolução econômica nacional”, diz Lamounier.

O diretor do Idesp afirmou que o Brasil está investindo em rodovias, saúde e educação cerca de 16% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todas as riquezas produzidas internamente.

“Para que a Nação pudesse dar conta do nascimento de novos três milhões de brasileiros a cada 12 me-

ses, seria necessário que as aplicações de recursos públicos e privados subisse para 28% do PIB. O dinheiro seria equivalente a R\$ 150 bilhões”, avalia o economista Roberto Macedo.

Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, destaca o que considera um dos pontos positivos da pesquisa: a constatação de que, para 88% dos parlamentares ouvidos, os juros não devem ser tabelados em 12% ao ano.

**Importados** — A consulta mostrou que 85% dos deputados e senadores defendem a decisão do governo de limitar a entrada no país de produtos importados.

Em junho, o Ministério da Fazenda estabeleceu o sistema de cotas para o ingresso no Brasil de carros fabricados no exterior.

A medida foi tomada para que as exportações voltassem a ser superiores às compras de mercadorias estrangeiras.

Lamounier disse que 66% dos parlamentares defendem que o governo equilibre o orçamento através de recursos gerados pelas privatizações.

Deputados e senadores querem que o dinheiro sirva para a redução da dívida interna, o que aliviaria o Tesouro do pagamento crescente de juros.

Em julho, o débito do governo federal em títulos públicos era de R\$ 82,2 bilhões.